

JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

Julgamento retoma hoje na B.O, mas as novidades vêm de Londres onde o “inocente” Filipe Nyusi foi notificado

- Depois da notícia bombástica sobre a abertura de processo autónomo contra o advogado Alexandre Chivale por alegados indícios de branqueamento de capitais e obstrução à justiça, de Londres veio uma outra “bomba” relacionada com as “dívidas ocultas”: a notificação de Filipe Nyusi feita pelo grupo Privinvest.
- Apresentado como “inocente e imaculado” pela justiça moçambicana, Filipe Nyusi é apontado pelo grupo Privinvest como um dos dirigentes moçambicanos que beneficiou do dinheiro das “dívidas ocultas”. “As reivindicações da Privinvest contra o Presidente Nyusi referem-se a pagamentos feitos em seu benefício, incluindo para financiar a sua campanha eleitoral presidencial em 2014, e dado que ele esteve no centro da criação e subsequente sabotagem dos Projectos em Moçambique”, diz o comunicado da Privinvest.



Uma saudação improvável nos dias de hoje - Filipe Nyusi apertando a mão de Gregório Leão, à época Director-geral do SISE. Hoje, Gregório Leão enfrenta o julgamento e veste o inconfundível fato laranja

Depois de uma interrupção de cinco dias, retoma hoje, quinta-feira, 27 de Outubro, o julgamento do escândalo financeiro das “dívidas ocultas”, com a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente no Processo nº 18/2019-C, a interrogar o réu António Carlos do Rosário, antigo Director Nacional da Inteligência Económica no Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE).

O julgamento que decorre desde 23 de Agosto último no Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança, vulgo BO, foi interrompido na semana passada para dar tempo ao advogado Isálcio Mahanjane, novo mandatário judicial de António Carlos do Rosário, de analisar e consolidar a estratégia de

defesa, bem como estudar as declarações do réu feitas durante o interrogatório do Ministério Público que durou oito dias.

Recorde que na sequência do afastamento do advogado Alexandre Chivale do Processo nº 18/2019-C, ora em julgamento, o antigo Director Nacional da Inteligência Económica no SISE indicou Isálcio Mahanjane como seu defensor. Advogado de Armando Ndambi Guebuza desde o início do julgamento, Mahanjane passa também, a partir de hoje, a defender Maria Inês Moiane, antiga Secretária particular do Estadista Armando Guebuza, e Elias Moiane, dois réus que também tinham como advogado Alexandre Chivale.

O afastamento de Chivale foi requerido

pelo Ministério Público, com o fundamento de que o advogado se encontra numa situação de conflito de interesses, por ser colaborador dos serviços secretos (SISE). A alegação de que Chivale é colaborador do SISE foi feita pelo seu próprio constituinte António Carlos do Rosário, durante a sua audição. O Ministério Público e o tribunal entendem que, tendo vínculo com o Estado, o advogado não pode patrocinar causas contra esse mesmo Estado. A Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) contestou a decisão do juiz Efigénio Bapstista, considerando-a ilegal e abusiva pois, no seu entender, a verificação de impedimentos dos seus membros cabe à própria instituição.

Prinvest diz que Nyusi esteve no centro de criação e subsequente sabotagem do projecto

Através de um comunicado divulgado ontem, os advogados do grupo Prinvest afirmam, que Filipe Nyusi, Presidente de Moçambique, foi notificado das alegações que são feitas contra si no processo cível sobre as “dívidas ocultas” que corre termos na justiça britânica. A notificação foi feita no dia 19 de Outubro no Palácio Presidencial (Ponta Vermelha) e no Escritório do Presidente (Presidência da República), em seguimento à autorização dada em Maio pelo Tribunal Superior de Inglaterra e País de Gales.

“As reivindicações da Prinvest contra o Presidente Nyusi referem-se a pagamentos feitos em seu benefício, incluindo para financiar a sua campanha eleitoral presidencial em 2014, e dado que ele esteve no centro da criação e subsequente sabotagem dos Projectos em Moçambique”, lê-se no comunicado, que faz notar que a notificação do “Presidente Nyusi reflecte o facto de ele ser parte no litígio de Londres”.

Os advogados do grupo Prinvest notificaram o Presidente moçambicano na sequência da acção de responsabilização civil que é movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra entidades e executivos do Credit Suisse (credor das “dívidas ocultas”) e do Prinvest (fornecedor de equipamentos). Na acção desencadeada em 2019, a PGR pede que seja anulada a dívida de 622 milhões de dólares da empresa ProIndicus ao banco Credit Suisse e seja pago ao Estado moçambicano uma indemnização que cubra todas as perdas resultantes do escândalo das “dívidas ocultas”.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional e Coordenador do Comando Operativo, Filipe Nyusi teve um papel activo na aprovação do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique, o projecto em nome do qual foram criadas e financiadas as empresas ligadas ao sec-



tor de Defesa e Segurança, nomeadamente ProIndicus, EMATUM e MAM. Aliás, durante a sua audição em julgamento, o antigo Director-geral do SISE, Gregório Leão, queixou-se de ser o único membro do Comando Conjunto detido em conexão com as “dívidas ocultas”.

“No Comando Conjunto e no Comando Operativo temos hierarquias. Mas eu estou aqui sozinho. Os assuntos sobre a criação das empresas eram fechados, havia compartimentação da informação. Houve fuga de informação e quem está aqui a responder sou eu. Devia estar a responder o antigo Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, e o antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane. Eles também faziam parte do Comando Conjunto”, disse Gregório Leão. Mas o juiz sempre saiu em defesa do antigo Ministro da Defesa Nacional, afirmando que não há indícios de que ele te-

nhá recebido dinheiro do grupo Prinvest e pediu a quem tiver informação contrária para apresentar à PGR. “O Presidente Nyusi não tem nada no processo que indica que recebeu dinheiro da Prinvest”.

Entretanto, Nyusi foi citado como tendo recebido um milhão de dólares da Prinvest para apoiar a sua campanha eleitoral nas presidenciais de 2014. “Nuy é o actual Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi. Pagamos-lhe um milhão de dólares como contribuição para a sua campanha eleitoral. Acho que era em Maio de 2014, por essa altura já sabíamos qual era a dimensão dos projetos em Moçambique. Era, também, a campanha do futuro Presidente Filipe Nyusi, para a qual contribuimos”, disse Jean Boustani, gestor da Prinvest, durante o julgamento nos Estados Unidos da América, em Novembro de 2019.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autora: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER



FINANCING PARTNERS

